

Comissão Eventual para a Reforma da Autonomia

Audição do Dr. João Bosco Mota Amaral

Ponta Delgada, 25 de julho de 2017

Eram 11 horas e 34 minutos.

(*) **Presidente:** Sras. e Srs. Deputados, vamos recomeçar os nossos trabalhos. Aproveito, naturalmente, a oportunidade para começar por agradecer a disponibilidade do Presidente Mota Amaral e, com certeza, o contributo que nos vai dar sobre este tema, propositadamente fixado por nós através da resolução constitutiva desta Comissão, de forma um bocado lata, para nos permitir exatamente também, depois, priorizar e decidir sobre as matérias que serão alvo do nosso trabalho e da nossa vontade reformista. Sr. Presidente, já conhece, naturalmente, a Casa, vamos seguir a metodologia habitual, vou-lhe dar a palavra para fazer a intervenção que bem entender e depois faremos, naturalmente, um pequeno debate.

Mais uma vez muito obrigado. Sr. Presidente, tem a palavra.

(*) **Dr. João Bosco Mota Amaral:** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Antes de mais quero agradecer o convite da Comissão para aqui vir. Como sabem estou sempre disponível para colaborar com a nossa Assembleia Legislativa Regional e lamento não termos conseguido acertar mais cedo este encontro, mas, de facto, as datas que propuseram eram datas em que eu estava impedido. Primeiro, aqui estou, portanto, para fazer uma intervenção que será uma intervenção muito genérica e, digamos, o mais sintética possível. Julgo que a razão que leva à abertura desta Comissão e ao início desta reflexão se relaciona com a perceção, por parte dos responsáveis políticos da nossa Região Autónoma, de uma certa inquietação acerca do Regime Autónimo. Inquietação que resulta do crescente abstencionismo eleitoral. Os resultados das eleições têm vindo a fazer acionar as campanhas. Há aqui qualquer coisa que está a necessitar de solução para podermos dar sentido, dar aquela força que marcou os anos iniciais do Regime Autónimo Democrático, o entusiasmo a seguir ao 25 de abril que, aliás, também se passou pelo País todo relativamente ao funcionamento da então chamada Jovem Democracia. Este problema também tem a sua dimensão Nacional e também no plano Nacional nos inquietamos todos, porque todos somos cidadãos do nosso País, com alguns sinais de cansaço do Regime Democrático que, obviamente, tem que ser enfrentado e tem que ser solucionado. Logo nos ocorre que serão talvez necessárias e convenientes reformas das estruturas institucionais que suportam o regime Autónimo Democrático. Alguma coisa se pode fazer e alguma coisa se tem de fazer

nesse domínio. No entanto, eu julgo que não se pode fechar os olhos para alguns sinais preocupantes de doença da própria sociedade açoriana que depois, também, tem o seu reflexo relativamente ao funcionamento das instituições políticas.

Vou elencar aqui alguns problemas que me parecem sérios na sociedade açoriana: o insucesso escolar. Não é a questão que as pessoas não passem de ano, porque hoje em dia o esquema está feito para que as pessoas vão passando de ano. O problema todo é que não se aprende nada! Não é? E agora que eu também estou ligado ao sistema de ensino através da universidade, às vezes tenho que pôr as mãos à cabeça quando leio...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): O vídeo, o vídeo...

O Orador: Ela está ouvindo? Não? Eu vou falar um pouco mais...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Deve ser um problema de informática.

O Orador: Vou experimentar falar um pouco mais alto.

Tem a ver com algumas faltas de preparação estrutural naquilo que diz respeito ao que se aprende nas escolas e, sobretudo, à formação cívica. Portanto, os conhecimentos também são importantíssimos, aliás, sobretudo aqueles conhecimentos essenciais do ler, escrever e contar, quer dizer, ler e perceber o que está lendo; escrever e saber dizer o que é que pensa, se é que se pensa alguma coisa (isso é um problema talvez da capacidade de pensar); e pura formação cívica, estamos a formar cidadãos nas nossas escolas, cidadãos que sabem onde é que estão, o que é que valem para que a sociedade funcione, ou pelo contrário está a surgir aí uma nova geração jovem alienada, que fora... está noutra.

Alguns outros sinais são preocupantes: a questão do desemprego, do desemprego jovem, a questão da droga. Eu acho a questão da droga um problema seriíssimo na nossa sociedade, uma forma terrível em todos os recantos da sociedade. Começou por ser uma questão, digamos assim, de uma certa faixa da burguesia. Hoje, a droga está (quase que se pode dizer) democratizada. Está por toda a parte e faz uns estragos terríveis.

A violência doméstica. Ainda hoje o jornal "fala" de um caso de um indivíduo que está a responder porque ameaçou e penso que até agrediu o pai. Isso para a minha geração era qualquer coisa impensável! Entramos no tema do impensável. Bater no pai, bater na mãe e, no entanto, infelizmente vemos isso, não digo todos os dias, mas está muito generalizado! Temos o exemplo da droga, mas isso é o exemplo anterior. Não é?

Taxas de encarceramento próximas dos países ex-soviéticos. Isso é de facto horrível o que se está passando aqui nesse domínio! Feitas as contas dos presos nas cadeias açorianas, dos presos dos Açores que estão encarcerados na Madeira e no território continental da República, os números são assustadores relativamente, digamos, ao que se passa aí pela Europa fora.

Adição às novas tecnologias, a questão dos jogos. Os jogos começam na mais tenra infância e depois vão pela vida fora e os problemas que algumas famílias enfrentam com moços, rapazes e raparigas que passam noites em jogos. Um clima exagerado de festança! Isso é uma responsabilidade muito séria – essa festança! Quer dizer, as festas são ótimas, magníficas, fazem parte da vida, mas uma festança permanente parece-me um elemento que ajuda a essa tal alienação! Uma vida fácil. Desta maneira não me parece muito construtivo. Sim, parece-me que se arrisca a ser mesmo uma perda de valor identitário dos açorianos. Ficamos com uma sociedade que já não é carne, nem peixe, nem nada! É assim um pouco assustador!

Por exemplo as questões autonómicas, o que se passa afinal? As pessoas estão desiludidas com a Autonomia, por isso se afastam e deixam de votar? Estão saturadas da Autonomia? É diferente, parece-me! Os assustados de espírito... a desilusão pode ser, enfim, a tal história de que as coisas não andam. Mas andam! As coisas andam e, portanto, não será talvez isto. Não é? Uma saturação? Às vezes interrogo-me sobre isso. Estou a falar em voz alta um sem-número de coisas, de questões que me interrogo sobre elas. Não estou com afirmações determinantes: isso é assim, é assado!... Não, não! Penso, inquieto-me à volta dessas questões. É uma saturação, ou seja, será que... e reporto-me à minha experiência anterior, a minha experiência anterior é uma experiência quase antiquíssima – 40 anos. 40 anos, o que é isso, meus Deus? Alguns daqui ainda não tinham nascido nessa altura. Há 20 anos, de outro século... é realmente de outro século. Mas, a saturação seria talvez o resultado de uma demasiada presença das questões políticas. Não é? Eu sei que por viver num estado plural e muito mediatizado, portanto todas as coisas passam na comunicação social, passam agora nas redes sociais (mas isso é uma área que eu não frequento e, portanto, não me posso pronunciar sobre ela) e porque vejo escrito nos jornais, têm efeitos e alguns deles muito preocupantes. Saturação porquê? Porque há um efeito de descrédibilização das instituições por força de um combate político e, portanto, leva a um certo niilismo político. Não se acredita em nada e depois aquela: são todos iguais, fazem todos a mesma coisa. Portanto, é o tal descrédito. Isso tem correção possível? A minha dúvida é se isso é possível corrigir, mais ainda com a famosa história que agora surge das famosas redes sociais e que toda a gente opina e toda a gente disparata. Em alguns casos é exatamente isso que se passa, mas isso não interessa. Melhor dizendo, alguns disparatam, os que tenderiam ao disparate.

Vamos agora a algumas questões concretas que talvez se possam formular também sobre o problema da reforma da Autonomia, para a tornar mais próxima dos cidadãos, para envolver os cidadãos, para recuperarmos aquela confiança inicial. É possível fazer alguma coisa nesse domínio? Julgo que sim, alguma coisa se pode fazer, alguns retoques se podem fazer. Eu não favoreceria umas modificações de alto a baixo. Isso funciona, com toda a

franqueza? Alguns temas que têm sido postos à consideração geral da opinião pública (não sei se já foram ventilados aqui na Comissão, possivelmente sim) a mim não me convencem, não me seduzem. Toda a questão da valorização da realidade de ilha. A valorização da realidade de ilha está realizada através dessa correção da proporcionalidade que faz com que a distribuição dos lugares na Assembleia Legislativa tenha em conta a importância de todas as ilhas. Alguma coisa já está feita. Portanto, esse projeto que alguns falaram de uma reorganização da representação Regional através de uma reformulação que desse um outro peso a cada uma das ilhas parece-me que não ajudaria a consolidar uma coisa que acho importantíssima e que não está ainda totalmente consolidada que é a questão da unidade Regional. A separação das ilhas e a valorização do papel das ilhas inevitavelmente traria consigo o reforço do poder das ilhas maiores, por mais que pensem o contrário alguns que pensam falar em nome das ilhas mais pequenas. E isto evidentemente dificultaria o ir ao encontro das necessidades das populações das ilhas mais pequenas e combater um problema que é de facto um grande problema, que não é de fácil solução verdade se diga, que é o problema do despovoamento ou a tendência de despovoamento das ilhas mais pequenas. Julgo que é possível fazer por uma repovoação das ilhas. Sei, de resto, que em algumas das nossas ilhas começa a aparecer gente de fora, porque estas ilhas são magníficas, é um sítio tranquilo para viver e então compram casas em algumas das nossas ilhas. Espero que esta tendência possa verificar-se. Bom, alguns que falam muito do repovoamento das ilhas e depois são os primeiros que saem das suas ilhas para viver nas outras ilhas, eu sempre recomendo: – porque é que não vais tu viver para a tua ilha que tanto necessita da tua capacidade de iniciativa e da tua liderança? Mas claro que esta minha pergunta não tem resposta!

Sou favorável a um parlamento unicameral. Pude ao logo destes últimos anos observar a experiência de muitos parlamentos pela Europa fora que são bicamerais e com toda a franqueza cumprimento-me a mim próprio, pela sabedoria dos deputados constituintes, enfim, algum contributo também dei por isso, de ter optado por uma solução unicameral. Aliás, quebrando até uma certa tradição, porque a tradição portuguesa era uma tradição bicameral. Mas um País como o nosso que é um país pequeno e extremamente homogéneo não faria muito sentido o planeamento bicameral e então transposto esse argumento no âmbito da nossa Região, menos ainda parece fazer sentido um parlamento bicameral. Mais ainda numa altura em que essa tal saturação da política se traduz, parece-me, numa necessidade de simplificação. Nós não podemos tornar isso mais complexo ainda! Não encontrará, parece-me, compreensão da parte dos cidadãos. Portanto, a simplificação talvez, a complexificação não com toda a certeza!

A representação proporcional corrigida acho que é de manter. Bem sei que nós temos aqui um problema que é um problema difícil de gerir: o problema

da redução do número de Deputados. Temos Deputados a mais? Temos Deputados a menos? Deputados a menos não me parece. Deputados a mais será preciso corrigir, introduzir aí qualquer fator de correção. É um problema que se pode pôr, que se pode manter.

Agora uma outra questão que pode ajudar seria retomar uma pluralidade de estatutos dos Deputados, opcionais, portanto é uma forma de não partir do princípio que a função de Deputado é uma função, digamos assim, absorvente, profissionalizante. Portanto, permitir a possibilidade de haver opções, estatutos opcionais, poder ser um Deputado a tempo inteiro ou um Deputado a tempo parcial, um Deputado que vai às sessões e que não participa nas Comissões possivelmente, mas que mantém a sua atividade profissional. Uma parte, parece-me, da criação desta barreira entre os cidadãos e o poder político parece-me estar relacionada com isto, com essa noção de que existe uma classe política, como se fosse uma classe. Não, os políticos são representantes do povo, não são uma classe à parte! Mas na realidade é que até o termo entrou na linguagem comum – a classe política. A classe política são os cidadãos que exercem temporariamente por mandato dos outros seus concidadãos e apenas porque são eleitos (ninguém se arroga a essa função sem ser eleito e todos se podem candidatar), durante o tempo em que vigora o seu mandato. O Deputado é sempre um contratado a prazo, tem um mandato de quatro anos. Nós temos o privilégio de termos o único Parlamento em Portugal que respeita rigorosamente, desde a sua origem, os mandatos de quatro anos. Isso nos outros casos já não se verifica, mas aqui verifica-se. Sabemos que são mandatos por quatro anos e ao fim de quatro anos começa o jogo de novo.

A demissão de mandatos. Não tenho autoridade moral para falar sobre isto, mas sei que esse problema existe e hoje em dia está em cima da mesa. Qualquer decisão sobre esta matéria decide-se para futuro, não se decide para passado, mas de qualquer modo esse problema nalguns... recordo-me da zanga de alguns conhecidos meus, amigos meus (alguns por acaso já morreram) da Califórnia, furiosos porque tinham uma vida de serviço público no parlamento, no congresso estadual e que viram a demissão de mandato ser introduzida por um referendo popular, uma iniciativa popular prevista na constituição da Califórnia. A demissão de mandato existe já, introduzida na última revisão do Estatuto para o cargo de Presidente de Governo Regional e existe para as autarquias locais para o cargo de Presidente das autarquias locais. Admito que essa questão não possa ser introduzida fora de uma reflexão de âmbito Nacional nessa matéria. De maneira que de qualquer modo a questão fica aqui referida.

Abertura a candidaturas por movimentos de cidadãos. Isso parece-me que era indispensável fazer-se. A noção de que os partidos não são os donos do poder político. O poder político deve ser, não direi devolvido aos cidadãos porque os cidadãos é que o têm pela origem, mas partilhado claramente com

os cidadãos. O objetivo inicial... bem sei que os partidos têm uma responsabilidade institucional, constitucional aliás, que é a de assegurar a governabilidade do País e a nossa Democracia é uma democracia de partidos, no entanto, na fase atual, julgo que este sinal podia e devia ser dado. Mesmo se depois não tivesse resultados de qualidade nenhuma, aliás tem-se visto que são raros os casos de movimentos de cidadãos que conseguem eleger um presidente de câmara, raríssimos aqueles que elegem uma junta de freguesia, enfim... mais raros quando se elegem presidente de câmara, mas de qualquer modo isso era um sinal. Tal como a questão dos partidos regionais, essa parece-me uma questão falsa e tenho pena que os partidos políticos não estejam a responder a esta questão. Acho que deviam! Não quero arrogar-me a qualquer título especial relativamente ao regime Autonómico, mas verifico que esta questão é uma questão errada. A reclamação feita agora por alguns elementos sobre a necessidade de se acabar com a abolição dos partidos regionais, até concordo em termos simbólicos, mas nunca aconselharia o partido no qual sou ainda militante a transformar-se num partido regional. Aliás, fizemos o processo inverso, porquê? Porque pela experiência de muitos partidos regionais eles tendem ao isolamento. Os famosos partidos regionais de que se fala: sim senhor, o partido regionalista que se criou em 1920 e elegeu deputados... Sim, elegeu e depois não fizeram nada! Aí é que está, não conseguiram nada! Porquê? Porque na lógica do sistema de que os Açores são uma parcela de Portugal é indispensável ter alavancas de poder no âmbito Nacional e é nas fases em que os interesses regionais conseguem meter essas alavancas de poder, que mais eficazmente se trabalha na resolução dos problemas regionais. Isso tem-se verificado e espero que se continue a verificar ainda com mais eficácia e que alguns problemas que têm sido ventilados encontrem uma solução. Aliás, os nossos partidos, os partidos hoje em dia representados, não está aqui o PPM (que, enfim, é um partido especial, é como um partido regional na medida em que é um partido da região, ninguém ouvi falar do PPM fora da ilha do Corvo), mas de qualquer modo os partidos: o PSD, o PS, o CDS, o PCP, o BE-Açores, todos esses têm os seus congressos regionais. Elegem os seus órgãos dirigentes regionais responsáveis perante o congresso regional e a organização nacional acolhe essa situação que decorre claramente da própria organização constitucional dos Açores e da Madeira. E, portanto, é uma questão simbólica e parece-me que se podia perfeitamente acabar com isto. Aliás, a nossa experiência também o indica, o que é que se passou aqui? O PDA não era um partido regional? Era! Até fundado com a preocupação de ser um partido açoriano. Porque é que acabou? Acabou encerrado por dívidas! Alguns dos que agora é que se chamam partido regional bem que podiam ter ajudado a pagar as dívidas do PDA e manter o PDA vivo! Mas não o fizeram! Aliás, nunca se candidataram por esse partido. Alguns até se candidataram e sabemos o que foi que aconteceu às suas candidaturas. Não conseguiram ter

resultados, portanto parece-me uma questão simbólica. Por simbolismo eu eliminaria essa questão.

A última questão é a questão do Representante da República. O que fazer com o Representante da República? Presentemente o único problema que existe é o problema da fiscalização preventiva da constitucionalidade. Bom, mas isso é uma especialidade da nossa Constituição, da qual eu duvido que alguém se consiga livrar dela, portanto há coisas que são estabelecidas e depois criam, como é que eu hei de dizer, uma dinâmica da qual não se sai. Portanto, duvido que haja condições para se acabar com a fiscalização preventiva constitucional. Aliás, porque a fiscalização preventiva constitucional nesses últimos anos foi uma defesa dos cidadãos, como nos lembramos no período da Troika. Felizmente o Tribunal Constitucional pôs uma pouca de travão às fúrias que estavam aí de afogar as pessoas. Não é? Não era preciso tanto! Mas enfim, o Tribunal Constitucional assumiu este papel e, portanto, de alguma forma a fiscalização preventiva da constitucionalidade aparece agora claramente para as pessoas como uma defesa contra alguns insucessos que podem surgir da parte do poder. Podemos atribuir o poder da fiscalização preventiva da constitucionalidade, já que hoje em dia o Governo é nomeado pelo Representante da República, mas toma posse na Assembleia Regional e, portanto, é apenas uma questão formal. O que é que podemos fazer? Passar para o Presidente da República? É uma solução. É uma solução, mas é uma solução complexa, porque de alguma forma altera a estrutura constitucional do Estado e coloca a nossa Assembleia, digamos, num paralelo com a Assembleia da República. Julgo que futuramente isso acabará por acontecer numa altura em que nós nos sintamos autorizados a prescindir da Autonomia por uma outra solução institucional. Não favoreço o federalismo, favoreço uma solução confederal, portanto, uma associação de estados. Parece-me que na fase atual não é isso que está à mão, não é isso que é operacional e, portanto, dentro dessas condições eu favoreceria a manutenção de um regime autonómico, eliminando a famosa referência a um estado unitário. O Estado Português não é um estado unitário! Não é! Mas a qualificação está a ser utilizada pelos, não direi adversários, direi reticentes relativamente à Autonomia (alguns são claramente adversários da Autonomia) para entrar constantemente nas nossas áreas, criar-nos dificuldades e pisar forte aqui relativamente às questões insulares. Bom, conseguiremos alcançar esse objetivo? É o nosso desafio. Um órgão próprio eleito, também tem sido aventada essa hipótese. Isso obrigaria a alterar alguns outros aspetos. Nós não podemos eleger um presidente da Região e depois limitá-lo a fazer a verificação da constitucionalidade das leis, isso não tem sentido nenhum. Não é? Portanto, obrigaria a reverter o relacionamento do Governo para fora da Assembleia Regional, a nomeação e a posse do Governo para fora da Assembleia Regional e teria que se reestruturar, enfim, alterar nalgumas praças no

sentido de dar conteúdo a uma administração desse género. No entanto, cá estamos. É que tornar mais complexas as coisas... e voltamos ao problema inicial que é: os cidadãos em geral com a noção de que isto é tão complicado. Vamos complicar mais ainda? Não me parece! Não me parece, porque não seria bem aceite uma solução dessas. Portanto, em desespero de causa é deixar estar. Aliás, desse ponto de vista tenho que cumprimentar e felicitar o atual poder autónomo regional por ter assistido ao fim do Ministro da República, em duas fases. A primeira fase, a grande machadada em 1997 quando foi retirado do Conselho de Ministros. Segundo, a sua extinção em 2004 e a substituição por uma entidade diferente que não tem nada a ver com o Ministro da República. E, sobretudo, para quem teve de sofrer durante 20 anos o Ministro da República fico muito feliz por saber que já não existe essa instituição. Só nos falta que o Representante da República seja de facto um civil açoriano, essa parte é o único objetivo antigo de que não conseguimos sair. É engraçado, em 1986 teve para ser um embaixador que era açoriano, mas não se conseguiu. Mandaram-nos para cá um brigadeiro do reino dos algarves e alguns se lembrarão vagamente, outros lerem nos livros porque não eram dessa altura, enfim, mas isso é história antiga. Portanto, olha, é o que eu tenho a dizer sobre essa matéria.

Há uma questão que também não pode ser escondida: a questão do independentismo. De vez em quando aflora. É uma opinião. Faz parte de sociedade livre haver quem pense que a melhor solução era serem os Açores independentes. Por essa Europa fora não faltam agrupamentos políticos que preconizam a independência. Pertíssimo de Portugal, na Espanha, esse problema está candente com a questão da Catalunha que em setembro ou outubro (penso que em setembro) vai organizar um referendo para a sua independência. Um “autoreferendo”, uma coisa fantasiosa. A Escócia, por aí fora, enfim, não falta. Portanto, porque é que não há de haver também a opinião a favorecer a independência dos Açores? De resto, desde 1979 que eu tenho defendido isso publicamente e desafiei várias vezes os responsáveis da altura a organizarem-se e a aparecerem eleições. Nunca se organizaram, ponto um. Ponto dois, nunca apareceram eleições e a coisa resolveu-se desta maneira, uma maneira pacífica, sem repressões, sem fazer vítimas, sem mártires. Aliás, há tempos, quando estive aí uma delegação, foi uma coisa até pela universidade, com o representante da Galiza, num jantar perguntaram: – mas não há aqui um partido nacionalista? Eu disse: – há! Presentemente o Partido Socialista, antigamente era o PSD. Ou seja, o partido que assume o poder é de facto o partido nacionalista, o partido que assume a defesa dos Açores. Bom, a pergunta foi feita porque na Galiza existe o Partido Nacionalista Galego. Não é? Também tem a sua representação, minoritária, mas lá tem. Portanto, é o que me ocorre sobre esta matéria. Muito obrigado pela vossa atenção.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, está aberto o debate. Não sei quem é que quer começar.

Dr. João Bosco Mota Amaral: Não são obrigados!

Presidente: Não, mas há... Isto leva mais tempo é a começar. Não sei se o Sr. Deputado João Bruto da Costa quer dar o primeiro pontapé. Salvo seja!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Salvo seja!

Dr. João Bosco Mota Amaral: Aqui tão perto dele, não é...

(*) Deputado João Bruto da Costa (PSD): Perante esta intimação...

Tenho, naturalmente, o privilégio de cumprimentar o Sr. Presidente Mota Amaral e agradecer-lhe, naturalmente, esta abordagem do tema que nos motiva para esta reunião e essencialmente congratular-me por podermos ter também a noção de alguém que talvez é a pessoa que melhor conhece o regime Autónomico Democrático nos Açores, porque participou em todas as suas fases. Eu lembro-me, quando acabei o meu curso, que tínhamos uma disciplina de direito regional e os limites da Autonomia era o tema que nos fazia debruçar sobre as questões que o Sr. Presidente tão bem trabalhou em termos dos vários limites, até chegarmos ao fim do conceito de interesse específico. E por aí fora, com a reforma do último Estatuto, dos poderes que fomos naturalmente adquirindo como a tal evolução que o Sr. Presidente tão bem descreveu do próprio tempo que atualmente percorremos e esta necessidade também que temos de aproximar o regime Autónomico das pessoas e as pessoas também poderem participar em todos esses níveis. Seja na questão dos partidos regionais, o qual eu concordo inteiramente, a própria Democracia perante a liberdade de cada um, ou dos independentistas, ou de qualquer outra corrente que se possa afirmar, desde que seja, naturalmente, respeitadora dos direitos humanos devemos dar a liberdade para as pessoas poderem submeter-se a votos. Submeter-se a votos e a Democracia vingará sempre quando é o povo em liberdade a escolher. Também nessa perspetiva da evolução dos órgãos autónomicos e do papel que cada um de nós enquanto, não dira classe política, mas, como o Sr. Presidente tão bem descreveu, intervenientes na política, nesta nossa passagem pela política sabendo que é a nossa atuação enquanto eleitos que marcará para o futuro a própria evolução da Autonomia e da relação do poder político e do serviço público com os cidadãos. Tem-me preocupado... na questão da fiscalização preventiva houve uma audição anterior em que foi abordada a possibilidade, que eu achei interessante em termos de podermos também, se o Sr. Presidente quiser, abordar a possibilidade de uma espécie de uma... eu chamar-lhe-ia uma delegação regional do Tribunal Constitucional, eventualmente com um presidente eleito por dois terços da Assembleia e os restantes juízes nomeados pelo próprio Tribunal Constitucional, poder eventualmente no futuro substituir a função exercida pelo Representante da República. Se bem que não vejo também grande dialética política atual de controvérsia com a personagem, apesar da sua marcada, como muito bem

define aqui o Presidente da Comissão por o “Vigário-geral da República”, mas de resto não existe outra dialética de grande controvérsia surgindo aqui uma vez por outra como surgiu aqui há uns anos relativamente ao orçamento Regional. Mas seria eventualmente uma perspetiva a abordar em termos da fiscalização preventiva, a possibilidade de uma delegação, uma espécie de uma delegação de peritos que seria uma secção regional do Tribunal Constitucional, eventualmente com presidente eleito por dois terços e, sabe-se lá, depois poder evoluir para uma questão de voto de qualidade na própria secção Regional, sempre, naturalmente, com a possibilidade do Presidente da República ter uma intervenção nesse aspeto. Mas lá está, a tal necessidade de reestruturação do próprio Estado em termos da estrutura do edifício constitucional.

Também uma questão que nos tem levado a pedir esse contributo por parte das personalidades que temos ouvido e que gostaria também de lançar como ponto para uma análise e eventual debate, aqueles poderes que nós já temos em termos da nossa afirmação na perspetiva externa, continuar um pouco e já abordamos aqui a questão do regresso de uma comissão especializada do Parlamento para as questões da política externa e, naturalmente, a participação da Autonomia que já está prevista constitucionalmente, mas que se calhar precisa de uma reformulação na sua aplicação em termos da participação dos órgãos próprios da Região nas decisões que, ao fim ao cabo, influenciam decisivamente o próprio exercício das funções autonómicas em termos da Europa Comunitária e da própria República. E ficava já suficientemente por aqui. Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado. Bom, temos mais dois inscritos. Sr. Deputado João Vasco Costa, faça o favor.

(*) **Deputado João Vasco Costa (PS):** Muito obrigado, Sr. Presidente. Cumprimentos...

Dr. João Bosco Mota Amaral: (Aparte inaudível)

Deputado João Bruto da Costa (PSD): (Aparte inaudível)

O Orador: Na brincadeira eu costumo dizer que sou menos bruto do que ele, apenas porque não tenho no nome.

Os meus cumprimentos ao Sr. Presidente Mota Amaral e tinha duas questões mais concretas. Uma tem a ver com a sua opinião sobre a gestão partilhada do mar que seguramente será um assunto sensível para a República. Qual a sua opinião relativamente a uma eventual proporcionalidade daquilo que caberia à Região nessa gestão dos recursos marinhos? Essa é a primeira questão.

A segunda tem a ver com a opinião que o Sr. Presidente formulou há pouco e eu gostaria apenas de perceber um bocadinho melhor a razão da afirmação que fez. Prende-se com a reflexão que fez considerando pernicioso o reforço do debate parlamentar por ilha, que teria um efeito perverso exatamente contrário àquele que seria pretendido e, portanto, quando diz que isso

resultaria num reforço das ilhas de maior representatividade. Qual é que é a sua opinião mais concreta sobre o assunto? E agradecer-lhe também a disponibilidade. Muito obrigado.

Presidente: Sr. Deputado Francisco César, faça o favor.

(*) **Deputado Francisco César (PS):** Muito bem. Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente Mota Amaral, permita-me que o cumprimente com todo o respeito. Tive o cuidado de ouvir a sua intervenção com a maior atenção e tentei sistematizar em termos de um conjunto de interrogações da minha parte. O Sr. Presidente no início faz uma análise em relação à questão da sociedade açoriana, fala da questão do insucesso escolar, da formação cívica, de uma geração nova e alienada, refere a questão do desemprego jovem, problemas da droga, violência doméstica, a questão da adição das novas tecnologias, ou seja, uma perda de valores identitários. A pergunta que lhe faço e peço que especifique um pouco mais a reflexão, porque de facto nós também identificamos estes problemas e falamos deles praticamente todos os dias. Em que media é que eles são mais particulares nos Açores? Porque é certo que ao nível do insucesso escolar há uma maior incidência, apesar da sua diminuição ser agora mais acelerada. Mas, se nós focarmos na questão da droga, da violência doméstica desta nova geração ou de uma sociedade mais alienada, ela de facto tem uma doença. É nacional. Poderá ter um impacto maior em algumas zonas da Região por características muito próprias. Eu pedia ao Sr. Presidente que pudesse aprofundar ou pelo menos tentar connosco partilhar qual é a sua compreensão sobre esta particular incidência, chamemos-lhe assim.

Fala que na sociedade açoriana (e aí também me parece que é uma reflexão Regional e Nacional), as pessoas estão desiludidas e saturadas, um pouco... e permita-me que acrescente: as pessoas estão desiludidas, estão saturadas de uma enorme agressividade política. Não só da mediatização. Hoje a mediatização tornou a política um pouco mais espetáculo, ou seja, é quase um combate. Há o ataque, há a resposta e as televisões, a comunicação social e as próprias redes sociais alimentam-se deste debate e nós próprios responsáveis políticos muitas vezes ficamos saturados dessa agressividade permanente. Este combate político gera sempre respostas que são mais fortes, que por sua vez levam a outras respostas ainda mais fortes e isso causa a sensação que isto é não só tudo igual (que é um discurso muito antigo), mas também de que estes novos responsáveis políticos ou esta nova geração política (entenda-se esta nova geração no sentido mais lato ou mais abrangente) é uma má geração. E depois no meio disto vem sempre o combate que extravasa sempre o sistema político nos Açores e no Continente, que nós estamos sempre para além da Democracia e do sistema político. As acusações acontecem. Não é? Nós nos Açores sempre tivemos uma tradição muito mais suave no combate político. Eram combates ferozes. Penso que no seu tempo, há 20 anos, os combates também não seriam muito

fáceis, mas havia aqui alguns limites, até quando comprado com a Região Autónoma da Madeira havia uma diferença, quer do Governo, quer da própria oposição, havia um conjunto de limites. Na Região Autónoma da Madeira era diferente e eu penso que todos os partidos reconhecem que os Governos dos Açores sempre tiveram uma determinada postura que em nada, pelo menos na minha opinião, poderiam ou deveriam ser comparados com a Região Autónoma da Madeira. E hoje em dia o combate tornou-se muito mais agressivo, eu não digo feroz porque há aqui uma diferença substantiva. E, portanto, qual é a análise que faz disso? Na República o combate está extremado e nos Açores extremado está. Porque é que isto acontece? Em que medida é que isto pode afetar o sistema Democrático, ou se está a afetar o sistema político? Porque há sempre a tendência de fugir às instituições, ou seja, o debate no Parlamento não é suficiente, saímos do Parlamento e vamos utilizar outras formas que não são próprias do sistema político. Isso é um risco que nós podemos cair. Eu pedia-lhe uma análise sobre isso. Isto é a análise em termo macropolíticos, chamemos-lhe assim, um palavrão, mas a forma como achei melhor.

Depois falo de matérias concretas: a questão da realidade de ilha. Há pouco falávamos, na audição anterior com o ex-Deputado e ex-Presidente da Assembleia Legislativa, Humberto Melo, da questão da valorização do debate de ilha. Há uma diferença, há uma evolução nos últimos 12 anos ao nível do debate parlamentar de ilha. Eu quando entrei para o Parlamento, já vão 8, 9 anos talvez, ainda apanhei a fase onde todas (não era às terças de manhã, porque ainda não havia debates às terças de manhã) às quartas e às quintas de manhã havia sempre, para além dos votos, uma discussão de ilha. Este debate, por opção dos partidos, desapareceu. Há os debates de urgência, há as interpelações ao Governo, há os votos, mas os debates de ilha desapareceram totalmente. Disse, posso ter percebido mal, que a valorização da realidade de ilha está por si só garantida na representatividade, ou na forma como está feita a distribuição dos mandatos. Pareceu-me que, para o Sr. Presidente, como está, está bem e que não há necessidade de o Parlamento agir no sentido de valorizar mais esse debate, correndo o risco de prejudicar a já tão débil unidade regional, que é uma das consequências do aumento da agressividade política, porque de uma forma lógica quando aumenta essa agressividade há um certo populismo de ilha, que sempre existiu e que se agudiza. E, portanto, pedia-lhe a opinião. Isto também está interligado com a questão voto. Por aquilo que eu percebi, defende o sistema político como está com a atual representatividade, não optando por exemplo por um sistema mais próximo de sistemas que existem no Brasil, onde há as listas abertas com ordenação, mas defende as candidaturas, digamos, de cidadãos independentes. Não é a mesma coisa, aliás é bastante diferente. Mas corrija-me se por acaso percebi mal aquilo que foi dito.

Em relação ao Representante da República percebi duas... digamos, um desejo e uma constatação. Corrija-me. O desejo era que esses poderes pudessem passar para o Presidente da República, com a respetiva alteração constitucional que isso provavelmente implicava, porque isso implicava de facto (aliás, essa discussão é antiga) aqui colocar a Assembleia ao mesmo nível da Assembleia da República. Aliás, o Presidente da República anterior não partilhava desta opinião. Mas, por aquilo que eu percebi acha que não há condições políticas, digamos, tendo em conta a posição dos partidos nacionais e da própria sociedade, para aceitar essa alteração. E, como tal, para já, eu retirei esta citação: é melhor estar como está. Percebi bem.

Por último, falou aqui da questão dos Deputados. Eu vou-lhe pedir para especificar, porque nós neste momento temos três regimes de Deputados: temos o Deputado a tempo inteiro; temos o Deputado, digamos, que não está a tempo inteiro, tem a possibilidade de... é Deputado, mas ao mesmo tempo pode exercer outras atividades; e tem aquilo que se chama o Deputado não afeto, ou seja, que ganha exclusivamente o Plenário, os dias de Plenário.

Dr. João Bosco Mota Amaral: Isso existe?

O Orador: Isto existe.

Presidente: Mantém-se.

O Orador: Mantém-se. E a minha pergunta era se o Sr. Presidente se estava a referir a essa figura, ou acha que essa figura deveria ser aprofundada. Eu penso que atualmente não temos ninguém neste regime.

Dr. João Bosco Mota Amaral: Ah bom!

O Orador: Atualmente não temos ninguém neste regime, mas eu lembrome quando entrei, por exemplo, o Deputado Luís Paulo Alves estava...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O Domingos Cunha.

O Orador: Domingos Cunha também esteve.

Deputada Susana Costa (PS): A Gilberta Rocha também acho que esteve...

O Orador: Sim, só fazia Plenários e exercia a sua atividade normal na Unileite.

Por último, acrescentar aqui também, eu sei que já é muita coisa, um ponto àquilo que... ou pelo menos alargando o debate àquilo que foi dito pelo Sr. Deputado João Bruto da Costa. Ponderou a questão do Tribunal Constitucional, uma delegação Regional. Isto não seria dar poder de iniciativa a um Tribunal Constitucional? Pergunto, porque posso não ter percebido bem a questão do Sr. Deputado do PSD. A criação de uma delegação Regional e ter o Tribunal Constitucional uma delegação na Regional isso era dar a um tribunal, ao Tribunal Constitucional, uma coisa que não tem que é: iniciativa. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(*) Presidente: Bom, eu vou, naturalmente, até porque já há um conjunto vasto de questões, passar a palavra ao Presidente Mota Amaral.

Aproveito só também para fazer um esclarecimento, aliás, na sequência também, quer do que disse o Presidente Mota Amaral, quer do que referiu o

Deputado Francisco César. Efetivamente nós sempre mantivemos, inclusive aquando da terceira revisão do Estatuto e é neste momento uma especificidade parlamentar açoriana, não existe nem no Regimento nem no Estatuto dos Deputados da República, nem no Estatuto madeirense, uma terceira figura para além do chamado dois regimes clássicos de exclusividade e de não exclusividade, que é a figura do Deputado não afeto permanentemente que pode ir apenas aos Plenários e que apenas durante esses dias vence pelo período que lá está. Neste momento também creio que não temos nenhum Deputado nessas circunstâncias, mas recentemente até temos tido, designadamente vários professores universitários que estiveram (e não só, também alguns médicos) nessa figura e nós fizemos questão aquando da terceira revisão do Estatuto de manter essa especificidade Regional. A outra questão também tem a ver com o direito e igualdade dos Deputados que têm todos a mesma legitimidade, a opção pelos regimes depende do próprio. Não é? E, portanto, creio que aí, sob pena de outras entorses, não podemos nem devemos ir mais longe. Tem a palavra, Sr. Presidente.

(*) Dr. João Bosco Mota Amaral: Muito obrigado.

Ora bem, vou responder por ordem das questões que me foram suscitadas, mas a primeira delas responde também à última. Sou contra a ideia de uma secção Regional o Tribunal Constitucional. É caso para dizer: *vade retro*. “Meter a raposa no galinheiro era o fim da picada.” Começa a meter-se em todos os diplomas e na realidade o Tribunal Constitucional só se pronuncia se é suscitado por quem faz a fiscalização preventiva, por quem suscita problema. Por isso é que durante muitos anos o Tribunal Constitucional não nos causou qualquer preocupação, porquê? Porque os Ministros da República da altura não se metiam nisso. Não é? A partir da altura é que começaram sistematicamente a mandar diplomas para o Tribunal Constitucional e o Tribunal Constitucional afiou a garras e foi um “ver se te avias”. Várias das jurisprudências restritivas do Tribunal Constitucional foram ultrapassadas em sucessivas revisões constitucionais, nas várias delas. Portanto, se isso tivesse ficado como o Tribunal Constitucional queria nessa altura, estávamos com a corda ao pescoço. Jamais metê-los cá dentro! Deixá-los o mais longe possível! Outra coisa é que a Constituição previsse que a nossa Assembleia Regional elegeisse um juiz para o Tribunal Constitucional. Acontecia naquele embrião do Tribunal Constitucional que existiu para as questões das Regiões Autónomas: a Comissão Constitucional (ou como é que ela se chamava, não me lembro agora do nome), logo no princípio...

Presidente: Era a Comissão Constitucional que funcionava junto do Conselho de Revolução.

O Orador: Exatamente.

Presidente: Era mesmo Comissão Constitucional.

O Orador: Já nem me lembrava sequer, mas elegíamos um representante e o nosso representante teve um papel importante naquela fase. E essa Comissão Constitucional foi, de resto, um organismo muito importante no início da nossa Autonomia e ajudando-nos a consolidá-la.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): (...) de qualidade.

O Orador: É exatamente. Portanto, seria favorável a isso: elegermos nós um juiz para o Tribunal Constitucional. Aliás, se uma parte é eleita pela Assembleia da República, por que não elegermos nós também cada um nas Regiões Autónomas um juiz para o Tribunal Constitucional? Faria todo o sentido. Outra coisa é dar-lhe um poder de iniciativa e eles começarem a fiscalizar todas os nossos diplomas legislativos, depois certamente entravam na linha de fiscalizar também os não legislativos e nunca mais aqui chegávamos a parte nenhuma.

Portanto, sobre a gestão partilhada do mar. Isso é uma questão muito concreta e tenho dificuldade em dizer até onde é que podemos ir. Se é partilhada, pois é evidente que há uma parte que tem que ser Soberana, outra parte que tem que ser Regional. Bom, isso... não sou capaz de me pronunciar sobre essa matéria, mas não há dúvida nenhuma que é matéria importante e na qual temos que nos esforçar o mais possível para cima, porque a tendência de alguns elementos ao nível da Soberania é partir do princípio que: – vocês são nossos, nós é que decidimos como é que é, nós é que sabemos o que é que é bom para vocês! Não é? Isso é absolutamente contrário à própria lógica da Autonomia.

O reforço do peso das ilhas. Isso é o mesmo que foi suscitado pelo Deputado João Vasco Costa e também pelo Deputado Francisco César. Bom, o que fazemos? Eu acho que é preciso ser criativo e inventar maneira de nenhuma das ilhas pensar que os seus problemas não são considerados. Talvez suscitar este “antes da ordem do dia” Regional que também existiu no Parlamento Nacional. Se for preciso uma medida que faça com que se perceba, que percebam os cidadãos eleitores: – olha, o Deputado daqui foi lá falar das questões da nossa ilha. E não é só falar porque isso não dá, o Governo, o Executivo tem responsabilidade de lhes dar uma resposta. Isso muito mais do que haver um outro órgão que seja resultante de um mandato próprio de cada uma das ilhas. O tal senado Regional não favoreceria. Portanto, há umas soluções criativas que podem ajudar a isto como a presença junto das ilhas, mas as Comissões fazem esse esforço, o de reunir à volta das ilhas. Agora verifico que nas Flores há uma lindíssima sala de reuniões, não tinha verificado isso, onde está ali o nosso amigo João a seguir-nos. Fiquei até surpreendido, isso é tudo novo, não é do meu tempo nem por sombras. De maneira que estava a ver: – isso deve ser no Faial. Não, não! É nas Flores! Estão muito bem instalados lá nas Flores! É com as bandeiras muito bem bordadas... Parabéns! Portanto, isso foi uma luta mantida pelos Deputados das sua ilhas, de cada uma das ilhas e com fundamento. O resultado é bom!

Portanto, podem encontrar-se aí fórmulas que não alterem aquela outra noção que é preciso dar da unidade da Região e que se exprime pela representação de todas numa Assembleia única que fala em nome do povo açoriano. Esse ponto parece-me muito importante.

Esses problemas sociais que eu referi não são privativos dos Açores, alguns deles são mais agudos entre nós como essa questão das taxas de encarceramento. É objetivo. Isso é fazer as contas.

Deputado Francisco César (PS): É estranho!

O Orador: É estranho, é estranho de facto! Isto aqui é muito pequeno e, portanto, é muito controlável. Ninguém põe o pé fora da linha que não seja imediatamente apanhado. Nos meios maiores admito que isso não aconteça e, portanto, há muita coisa que passa por fora. Isso é um dos riscos da aplicação das leis nos Açores. As leis, admito que sejam feitas com uma certa margem destinada ao incumprimento natural. Bom, mas aqui nos Açores é terrível porque nada passa. No caso fiscal isto é nítido, o controlo é muito fácil porque o meio é muito pequeno. Isto acaba por ser uma espécie também de aperto excessivo aos cidadãos. Admito que possa dar origem a isto. Aliás, até parece-me que esses problemas são mundiais hoje em dia e interrogo-me se isto é assim muito natural, ou se é intencional e se não há uma vantagem objetiva da criação de uma sociedade alienada, que deixa o pulso livre aos grandes interesses que neste momento talham o nosso caminho, definem o que é que interessa e sobretudo o que é que interessa a eles, que estão constantemente a subir nos seus rendimentos, como é o problema desse desnível na distribuição da riqueza mundial que é um grande problema mundial. Isto é, corresponde à utopia do Huxley, do “Admirável Mundo Novo”, da generalidade das pessoas que são transformadas em autómatos controlados pelo “Soma”, no romance do Huxley. Hoje, pelos jogos e fantasias das novas tecnologias. Acho que é um problema mundial, mas a nós interessa-nos o que está ao nosso alcance e o que é que nós podemos fazer para o corrigir. Gostava de ter soluções na manga para esse problema. Não tenho, mas julgo que é preciso olhar para ele e procurar encontrar maneira de valorizar as pessoas, de as responsabilizar e de assumirem a sua própria vida.

Bom, eu não sou contra as listas abertas, acho que até é uma ideia engraçada. Não é nova... sou mais favorável a isso do que aos círculos uninominais. Esses acho que não é muito bom. No plano Nacional defendo que devam dividir-se os grandes círculos eleitorais, torná-los todos círculos de cinco Deputados para haver uma correção no círculo Nacional que corrigisse e permitisse não haver votos perdidos que é de facto a trovai da nossa solução. Devo confessar que não achei muita graça no princípio, mas vejo agora que essa solução tem um efeito democrático positivo que é não haver votos perdidos. Vota-se em quem se quiser e depois há de ser juntado e parece como transposição para o círculo de compensação.

Sim, eu também sou favorável a que, na fase atual, a questão do Representante da República fica como está. É preciso contar também com o compromisso do atual Presidente da República que tem muito mais poder do que parece sobre essa questão. Portanto, ele já deu sinais de que acha que os Representantes da República é para estar, de maneira que isto nos próximos 10 anos não vai ser fácil mudar. Não é? Já estou dando de barato que, como dizia aquele cartoon, há tempos: “felizmente temos um limite de mandatos e não posso reeleito presidente três vezes.” Felizmente temos este limite. Mas, dentro desse esquema não me parece bem.

E, portanto, o regime... não tinha a noção que se mantivesse, mas também é verdade que isso tem que ser deixado à livre escolha das pessoas, senão não dá.

Portanto, foram as questões que me levantaram. Muito obrigado.

Presidente: Muito bem. Sras. e Srs. Deputados, não sei se há mais alguma questão. Creio não haver. Assim sendo, naturalmente resta-me reiterar o meu agradecimento pela disponibilidade e pelo precioso contributo do Presidente Mota Amaral e até sempre.

Dr. João Bosco Mota Amaral: Até sempre. Sempre que me mandarem vir eu volto.

Presidente: Muito obrigado.

Dr. João Bosco Mota Amaral: Obrigado. Tenho muito gosto.

Eram 12 horas e 36 minutos.

(*) Texto não revisto pelo orador

P'lo redator: André Silva

